(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras)

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Índice

Rela	atório da Administração	3
Rela	atório dos Auditores Independentes	6
Bala	anço Patrimonial	g
Den	nonstração de Resultado	10
Den	nonstração de Resultados Abrangentes	11
Den	nonstração dos Fluxos de Caixa	12
Den	nonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	13
Den	nonstração do Valor Adicionado	14
Not	as Explicativas	15
1.	A Companhia e suas operações	15
2.	Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	16
3.	Políticas contábeis materiais	16
4.	Estimativas contábeis e julgamentos relevantes	16
5.	Novas normas e interpretações	18
6.	Contas a receber	20
7.	Estoques	22
8.	Fornecedores	24
9.	Partes relacionadas	24
10.	Tributos	26
11.	Benefícios a empregados	29
12.	Patrimônio líquido	30
13.	Outras receitas (despesas), líquidas	31
14.	Resultado financeiro líquido	31
15.	Processos judiciais e contingências	32
16.	Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros	34
17.	Evento Subsequente – Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC	36
Dire	etoria Executiva	37

Relatório da Administração

1. Araucária Nitrogenados S.A.

Adquirida em 01 de junho de 2013, a Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA é uma subsidiária integral da Petrobras que está situada no estado do Paraná, com atuação no setor de fertilizantes, em especial produção de Amônia, Ureia e ARLA 32.

A fábrica de fertilizantes nitrogenados está localizada no município de Araucária (PR) e foi inaugurada em 18 de março de 1982 pela Petrobras, com capacidade nominal de produção de 437,4 mil t/ano de amônia e 531,6 mil t/ano de ureia.

Em 1993, a Unidade, que pertencia à Petrobras, foi privatizada.

Em 1995 foi realizada uma modernização no reator de amônia e em 2001 uma modernização no reator de conversão de CO, aumentando a capacidade nominal de amônia para 475mil t/ano.

Em 1997 a Unidade de ureia teve um aumento de capacidade para 700 mil t/ano.

Em novembro de 2011 foi inaugurada a primeira unidade industrial de produção do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32) do país, com uma capacidade de 923 mil t/ano, sendo considerada a maior planta de produção de ARLA 32 do mundo.

Até 01 de junho de 2012 a planta industrial de Araucária era uma Unidade Operacional (UO) da Ultrafértil. Na referida data a Ultrafértil foi cindida e esta unidade passou a integrar o patrimônio da Araucária Nitrogenados S.A.

Em dezembro de 2012, a Petrobras assinou acordo com a Vale Fertilizantes S.A. para a compra da empresa, aquisição esta formalizada em 01 de junho de 2013. Desde então, a ANSA é uma subsidiária integral da Petrobras.

A Petrobras iniciou o processo de venda da companhia no ano de 2017, em atenção à estratégia da época, de otimização do portfólio, melhoria de alocação do capital e previsão de saída da atuação na área de fertilizantes. As negociações com a companhia russa Acron Group não lograram êxito, ao final, conforme comunicado ao mercado em 26 de novembro de 2019.

No início de 2020, em alinhamento ao plano estratégico da Petrobras vigente, que previa a saída da atuação na área de fertilizantes, a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou a hibernação da ANSA, com o encerramento das operações de produção, encerramento dos contratos e o desligamento de todos os empregados próprios, incluindo o pagamento de um pacote de benefícios, além das verbas rescisórias legais, como parte do acordo firmado no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Desde 2020 a fábrica da ANSA permaneceu hibernada (paralisação de suas atividades produtivas e comerciais), com a manutenção das condições de segurança industrial e ambiental, bem como, a integridade dos equipamentos e a segurança das pessoas, através da implementação do correspondente Plano de Hibernação.

2. Retomada das atividades operacionais

Em alinhamento ao Plano Estratégico 2024-2028 que previa o retorno da Petrobras ao segmento de Fertilizantes, em 06 de junho de 2024, a sua Diretoria Executiva aprovou o retorno operacional da Araucária Nitrogenados S.A.

No mesmo dia, a Araucária Nitrogenados S.A. através de sua Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou as ações necessárias para cumprimento da decisão de sua acionista, dentre elas a contratação dos empregados das funções consideradas imprescindíveis para a operação, mediante acordo homologado no Tribunal Superior do Trabalho (TST), bem como a adoção de todos os procedimentos correlatos necessários, incluindo a contratação de serviços de manutenção e materiais críticos necessários ao mesmo fim acima aludido.

Em 12 de junho de 2024 o TST homologou acordo para a contratação de pessoal da ANSA, proposto pelo Ministério Público do Trabalho, empregados das funções consideradas imprescindíveis para a operação da planta industrial, e em 05 de julho de 2024 foram admitidos 215 empregados na companhia.

Os empregados readmitidos foram incorporados ao processo de detalhamento das intervenções necessárias para a retomada das operações, através da especificação dos materiais a serem aplicados, da definição das etapas de liberação de equipamentos, elaboração de procedimentos operacionais e atualização dos estudos de análise de riscos.

Durante o segundo semestre de 2024, foram desenvolvidos planos para testes e comissionamentos de sistemas operacionais necessários para a operação da planta e certificação dos pontos adicionais necessários para a intervenção de retomada; books de manutenção e inspeção; preparação de croquis e formulários para a medição de espessura; inspeção de equipamentos, tubulações e estruturas, seguindo os procedimentos e diretrizes de segurança da companhia.

Em relação à segurança, meio ambiente e saúde, foram realizados treinamentos de reintegração dos empregados, intensificação do processo de auditorias comportamentais e inspeções gerenciais, realização de exercícios simulados e a mobilização do contrato da unidade de suporte avançado para atendimentos de alta complexidade e suporte à vida. As atividades foram executadas sem a ocorrência de acidentes.

Em novembro de 2024 foi celebrado com a Yara contrato para industrialização sob encomenda de Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32), a partir de matéria-prima fornecida pela Yara. Este acordo contribui para o início do processo produtivo de forma simultânea às atividades de retomada integral da operação da ANSA.

A nova estrutura organizacional da ANSA necessária para o desenvolvimento das atividades de retorno operacional foi aprovada e entrou em vigor a partir de 01 de dezembro de 2024.

Após a aprovação do retorno das atividades e até dezembro de 2024 foram realizados pela Petrobras os processos licitatórios para contratação dos serviços e a aquisição de materiais, resultando em 31 empresas contratadas atendendo a necessidade da retomada das operações. O início da mobilização desses contratos está previsto para o primeiro trimestre de 2025.

A previsão é de que a operação da planta comece em maio de 2025. Durante a intervenção para retorno operacional serão gerados mais de 2,5 mil empregos diretos pelas empresas contratadas. Após retorno operacional, devem ser mantidos cerca de 700 empregos diretos.

3. Resultados financeiros

A companhia registrou um lucro líquido de R\$ 402.474 mil em 2024, impulsionada principalmente pela reversão da provisão de *impairment* dos ativos e pela reversão da provisão para perdas de ICMS, decorrentes da decisão de retomada das atividades operacionais.

A companhia não dispôs de geração de receita para o atendimento de seus compromissos financeiros. No entanto, o saldo remanescente em caixa no início de 2024, permitiu que a ANSA saldasse todos os seus compromissos financeiros, sem a necessidade de aporte da controladora no decorrer do exercício.

Visando suportar os compromissos financeiros previstos para o ano de 2025, considerando o projeto de investimentos (intervenções necessárias para retomada) e os demais gastos com insumos e outros custos de produção, estão previstos aportes de capital pela Controladora ao longo do ano.

4. Membros da Diretoria Executiva (2024)

Demetrio Sheeny Coutinho - Diretor Presidente

Valter Alberto Gomes – Diretor Financeiro

Marcelo dos Santos Faria – Diretor Industrial



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Araucária Nitrogenados S.A.

Araucária - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Araucária Nitrogenados S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Hibernação da planta industrial

Conforme mencionado na nota explicativa n° 1, chamamos a atenção para o fato que a Companhia, a qual faz parte de um grupo econômico, iniciou o processo de hibernação de sua planta industrial no início de 2020 e segue o plano de negócios de sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, incluindo a obtenção de suporte financeiro, quando necessário. Neste sentido, até 31 de dezembro de 2024 foram aportados R\$ 670.000 mil para equilibrar a necessidade de caixa operacional da Companhia e atender as obrigações financeiras decorrentes da hibernação. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa Contador CRC RJ-100983/O-7

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo	Notas	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa		59	242	Fornecedores	6	11.009	6.833
Contas a receber - FIDC	6.3	42.877	90.975	Impostos e contribuições	11.2	692	43
Estoques	7	8.191	8.121	Encargos sociais - terceiros		ı	139
Outros ativos		33	•	Benefícios a empregados	12	6.249	ı
Ativo circulante		51.130	99.338	Outros passivos		482	1.097
				Passivo circulante		18.432	8.112
				Provisão para processos judiciais e administrativos	17.1	2.942	917
				Outros passivos		342	5
Depósitos judiciais	17.2	8.789	4.957	Passivo não circulante		3.284	922
Imposto de renda e contribuição social	11.1	10.700	10.665	Passivo circulante e não circulante		21.716	9.034
Impostos e contribuições	11.2	250.724	49.945				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	64.135	•	Capital social realizado	13.1	636.512	2.461.721
Ativo realizável a longo prazo		334.348	65.567	Outros resultados abrangentes		(64.895)	(64.895)
Imobilizado	8.1	194.583	1	Prejuízos acumulados		(13.272)	(2.240.955)
Ativo não circullante		528.931	65.567	Patrimônio líquido		558.345	155.871
Total do Ativo		580.061	164.905	Total do Passivo		580.061	164.905

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	14.1	(681)	(99)
Tributárias		(663)	(952)
Reversão no valor de recuperação de ativos - Impairment	8.1	200.798	-
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	11.2	196.978	-
Outras despesas operacionais, líquidas	15	(72.667)	(22.763)
		323.765	(23.814)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		323.765	(23.814)
Resultado financeiro líquido	16	14.574	17.531
Receitas financeiras		9.860	11.905
Despesas financeiras		(8)	(1)
Variações monetárias, líquidas		4.722	5.627
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		338.339	(6.283)
Imposto de renda e contribuição social	11.1	64.135	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		402.474	(6.283)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)	13.3	0,165	(0,003)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração de Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	402.474	(6.283)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	402.474	(6.283)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		402.474	(6.283)
Ajustes para:			
Resultado de recebíveis de ativos financeiros	16	(7.947)	(11.613)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(64.135)	-
Depreciação		13.876	-
Baixas de materiais inservíveis		1.761	-
Baixa de ativo imobilizado		142	-
Reversão no valor de recuperação de ativos - impairment	8.1	(200.798)	-
Reversão de provisão para perdas de créditos fiscais	11.2	(196.978)	-
Perdas (reversão) de créditos esperadas - PCE		588	(211)
Variações monetárias e receitas financeiras		(5.180)	(5.879)
Provisão para gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCCD		6.631	4.930
Provisão para processos judiciais e administrativos		2.025	508
Provisão de abono a empregados		2.130	-
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber		(588)	211
Estoques		(1.831)	-
Impostos e contribuições		886	4.887
Depósitos judiciais		(3.369)	-
Outros ativos		(3)	(723)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(2.455)	871
Impostos e contribuições		649	19
Encargos sociais - terceiros		(139)	(33)
Benefícios a empregados		4.119	-
Outros passivos		(283)	(147)
Recursos líquidos utilizados nas atividades operacionais		(48.425)	(13.463)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativos imobilizados		(7.803)	-
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros		(2.695)	(7.538)
Resgates em recebíveis de ativos financeiros		58.740	21.094
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos		48.242	13.556
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(183)	93
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		242	149
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		59	242

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	2.461.721	(64.895)	(2.234.672)	162.154
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(6.283)	(6.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.461.721	(64.895)	(2.240.955)	155.871
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.461.721	(64.895)	(2.240.955)	155.871
Lucro líquido do exercício	-	-	402.474	402.474
Redução de capital	(1.825.209)	-	1.825.209	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	636.512	(64.895)	(13.272)	558.345

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2024	2023
Receitas		
Outras receitas	16	53
Perdas (reversão) de créditos esperadas - PCE	(588)	211
Receitas relativas à construção de ativos para uso	7.803	-
	7.231	264
Insumos adquiridos de terceiros		
Reversão de perdas no valor de recuperação de ativos (créditos fiscais e imobilizado)	397.776	-
Materiais	(2.339)	(1.916)
Energia, serviços de terceiros e outros	(22.358)	(16.478)
Outras despesas	(14.197)	(1.687)
	358.882	(20.081)
Valor adicionado (consumido) bruto	366.113	(19.817)
Depreciação e amortização	(13.876)	-
Valor adicionado (consumido) pela companhia	352.237	(19.817)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	14.582	17.532
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	366.819	(2.285)
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	18.956	3.045
Abono a empregados	2.130	-
Vantagens	1.350	-
	22.436	3.045
FGTS	1.139	-
	23.575	3.045
Tributos		
Federais (i)	(59.238)	952
	(59.238)	952
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	8	1
	8	1
Acionistas		
Lucro (prejuízo) retido	402.474	(6.283)
	402.474	(6.283)
Valor adicionado (consumido) total distribuído	366.819	(2.285)

⁽i) inclui valores de imposto de renda e contribuição social diferidos conforme nota explicativa 11.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Araucária Nitrogenados S.A. "ANSA" ou "Companhia" é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. A Companhia está localizada na cidade de Araucária, no Estado do Paraná, e suas atividades principais, conforme Estatuto Social, são a industrialização e a comercialização de fertilizantes e produtos químicos.

Desde a aquisição da Companhia pela controladora Petrobras, em 01 de junho de 2013, foram enfrentados diversos desafios operacionais, ocasionados pelas paradas programadas e, principalmente, pelas não programadas para realizar reparos na caldeira geradora de vapor da planta de fertilizantes.

No ano de 2015 o resultado líquido e o fluxo de caixa ajustado (Ebitda – Lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização) da Companhia foram positivos e a planta operou com um Fator de Utilização - FUT de 84%. Nos demais exercícios, de 2014 a 2019, o mesmo não foi observado (FUT entre 52% e 56%). Em face desse desempenho, a Companhia registrou sucessivas perdas por *impairmen*t dos ativos operacionais, até que em 2018 tais perdas atingiram a totalidade do seu ativo imobilizado.

1.1. Planta hibernada

A hibernação da planta industrial ocorreu no início de 2020 e assim estava sendo mantida, com vistas à sua preservação.

O Conselho de Administração da Controladora Petrobras, autorizou, em 29 de janeiro de 2020, o aporte de capital na Companhia no montante de até R\$ 859.000. Do total autorizado, até 31 de dezembro de 2024, foram realizados aportes de R\$ 670.000, com o objetivo de equilibrar a necessidade de caixa operacional da Companhia e atender as obrigações financeiras decorrentes da hibernação.

Nos exercícios de 2020 a 2022, a Controladora Petrobras realizou ações visando o desinvestimento da totalidade de sua participação na Companhia, em linha com o seu planejamento estratégico da época. Em 19 de dezembro de 2022 a Petrobras informou ao mercado o encerramento do processo competitivo, que estava na fase vinculante, para venda de suas ações na subsidiária integral Araucária Nitrogenados S.A.

1.2. Processo de retomada das operações

Em 23 de novembro de 2023, conforme Comunicado ao Mercado, a Petrobras aprovou o PE 2024-2028+, marcando retorno ao segmento de fertilizantes e com menção expressa à avaliação de alternativas para retomada da produção da ANSA.

Em 06 de junho de 2024 a Diretoria Executiva da Petrobras aprovou o retorno operacional da Companhia, incluindo a realização das contratações de serviços de manutenção e materiais críticos necessários à retomada, a contratação de ex-empregados das funções consideradas imprescindíveis para a operação, mediante acordo homologado no Tribunal Superior do Trabalho (TST) e autorização de aporte de capital da Petrobras na ANSA no valor de até R\$ 1.200.000, que será aportado de acordo com a necessidade de caixa da Companhia, para atender as obrigações financeiras decorrentes das atividades de retorno das operações, incluindo o investimento na manutenção de retorno, estimado em R\$ 874.000.

O TST homologou em 12 de junho de 2024, o acordo proposto pelo Ministério Público do Trabalho, para a contratação de antigos empregados desligados por ocasião da hibernação da ANSA e que atuavam em atividades operacionais consideradas imprescindíveis para o retorno seguro das operações. As ações aprovadas foram iniciadas a partir de julho de 2024, com a contratação de 215 ex-empregados.

Até 31 de dezembro de 2024, foram realizadas as licitações para aquisição de materiais e contratação dos serviços necessários para manutenção da planta. Em janeiro de 2025 foram iniciadas as mobilizações do contratos, sendo a retomada da produção prevista para 1º de julho de 2025.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O modelo de negócios aprovado pela Diretoria Executiva da Petrobras para a retomada das operações da ANSA foi o de industrialização por encomenda com a Petrobras. De acordo com o modelo aprovado, a ANSA, proprietária da planta, passa a realizar a industrialização do Resíduo Asfáltico (RASF), matéria prima do processo de produção da ANSA, para a Petrobras. O RASF continua de propriedade da Petrobras (não há compra e venda), cabendo à ANSA arcar com os custos para o processamento e riscos operacionais. A Petrobras, contratante da industrialização por encomenda, pagará uma tarifa de processamento e se encarregará da colocação dos produtos no mercado.

A Companhia segue o plano estratégico da Controladora na condução de seus negócios. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Políticas contábeis materiais

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. Estimativas contábeis e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações. A seguir são apresentados: (i) julgamentos relevantes; e (ii) as principais fontes de incerteza com risco significativo de causar ajustes materiais em estimativas contábeis da companhia ao longo do próximo exercício social.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.1. Ajuste ao valor recuperável de ativos (Impairment)

4.1.1. Principais fontes de incerteza de estimativas

As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do plano de negócios e gestão para os primeiros cinco anos, e são consistentes com o plano estratégico para os anos subsequentes. Tais projeções são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

As principais premissas-chave são:

- a) Preços de Insumos como Gás Natural, Energia Elétrica e Óleo Combustível;
- b) Preço de prestação de serviços (tarifa de tolling) Alinhado com a premissa do PN25-29; e
- c) CAPEX e Gastos Fixos: Pessoal, Materiais e Serviços Alinhado com a premissa do PN25-29.

Mudanças no ambiente econômico podem gerar alterações de premissas e, consequentemente, o reconhecimento de perdas por desvalorização (ou reversões de perda).

Mudanças no ambiente econômico e político podem também resultar em projeções de risco-país mais altas ocasionando elevação nas taxas de desconto usadas nos testes de *impairment*.

O valor recuperável de determinados ativos pode não exceder substancialmente seus valores contábeis e, por esta razão, é razoavelmente possível que perdas por desvalorização sejam reconhecidas nestes ativos nos próximos anos devido à observação de uma realidade distinta em relação às premissas assumidas.

4.1.2. Definição das unidades geradoras de caixa (UGC) para testes de impairment

Uma UGC representa um menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Esta definição envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão. O nível de desagregação de ativos em UGCs pode chegar até o limite dos ativos serem testados individualmente.

Alterações nas UGCs em função de revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais podem resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs, podendo influenciar na sua capacidade de gerar caixa e ocasionar perdas ou reversões adicionais na recuperação de tais ativos.

No caso específico da Companhia, há apenas uma UGC identificada como "ANSA", a qual é incluída na "UGC Unidades de Fertilizantes Nitrogenados" que agrega as fábricas de fertilizantes e nitrogenados da Petrobras.

4.2. Fontes de incertezas em provisões para processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e considera estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos contratados e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração da probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17.

4.3. Fontes de incertezas nas perdas de crédito esperadas de ativos financeiros

Perdas de crédito correspondem à diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à entidade e todos os fluxos de caixa que a entidade espera receber, descontados à taxa de juros efetiva original. A perda de crédito esperada (PCE) de um ativo financeiro corresponde à média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.

A provisão de perdas de crédito esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.4. Recuperabilidade de créditos tributários

A Administração realiza, no mínimo, anualmente, teste de recuperabilidade sobre os créditos tributários oriundos das operações da Companhia. Esses testes têm como premissa os fluxos de caixa projetados futuros e legislação fiscal vigente no momento de sua realização, que visam demonstrar se a Companhia terá capacidade, por meio de suas atividades operacionais, de recuperação de tais créditos.

Uma provisão é constituída quando se observa que os valores registrados estão acima dos seus respectivos valores recuperáveis. Mais informações sobre essas provisões podem ser observadas na nota explicativa 11.2.

5. Novas normas e interpretações

5.1. International Accounting Standards Board (IASB)

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. Os principais normativos emitidos pelo IASB, mas que ainda não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2024 são:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21	As emendas estabelecem que quando uma moeda não for conversível por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a conversibilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da conversibilidade.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.
	Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é conversível por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não conversível por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração dos fluxos de caixa.	
Annual Improvements – Volume 11	As emendas alteram pontualmente requerimentos relacionados aos seguintes temas e normativos: preço de transação e desreconhecimento de passivos de arrendamentos (IFRS 9 Financial Instruments); método de custo (IAS 7 Statement of Cash Flows); ganho ou perda no desreconhecimento divulgação da diferença diferida entre o valor justo e o preço da transação, e divulgação do risco de crédito (IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures); determinação de um 'agente de fato' (IFRS 10 Consolidated Financial Statements); e contabilização de hedge para um adotante pela primeira vez (IFRS 1 First-Time Adoption of International Financial Reporting Standards).	1º de janeiro de 2026 com regras de transição específicas
Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments - Amendments to IFRS 9 and IFRS	De forma geral, as emendas às IFRS 9 trazem esclarecimentos sobre: avaliação dos fluxos de caixa contratuais para classificação de ativos; ativos financeiros non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados.	1º de janeiro de 2026 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
7	Adicionalmente, as emendas à IFRS 9 trazem esclarecimentos quanto à data do reconhecimento inicial ou desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros, e a possibilidade de desreconhecer passivos financeiros que serão liquidados em caixa por meio de um sistema eletrônico de pagamento, antes da data da liquidação, desde que determinados critérios sejam atendidos.	
	Já as emendas à IFRS 7 trazem novos requerimentos de divulgação.	
IFRS 18 - Presentation and Disclosure in Financial Statements	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre:	1º de janeiro de 2027 aplicação retrospectiva com regras de transição específicas
	 a. Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas; b. Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c. Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d. Novos requerimentos de divulgação. 	especificus
	Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos.incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa. Nesse último, entre outras modificações, foi removida a opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.	
IFRS 19 - Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures	A IFRS 19 é uma norma de aplicação voluntária que permite que entidades elegíveis forneçam divulgações reduzidas ao aplicar os padrões contábeis IFRS em suas demonstrações financeiras.	1º de janeiro de 2027 com regras de transição específicas
	Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	

Em relação ao normativo em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, de acordo com as avaliações realizadas, a companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

5.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2024, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) — Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto – CPC 18 (R3)*	IAS 28 Investments in Associates and Joint Ventures	1º de janeiro de 2025
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27	Amendments to IAS 21 (Lack of Exchangeability)	1º de janeiro de 2025
Interpretação Técnica ICPC 09 (R3) — Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial ICPC 09 (R3)**	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025
Orientação Técnica OCPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10)	Sem equivalência às IFRS	1º de janeiro de 2025

^{*}Emitido em substituição ao CPC 18 (R2)

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	31.12.2024	31.12.2023
Recebíveis		
Terceiros	4.703	4.115
Total do contas a receber	4.703	4.115
Perdas de crédito esperadas - PCE (acima de doze meses)	(4.703)	(4.115)
Total do contas a receber, líquidas	-	-

6.2. Movimentação das perdas de créditos esperadas - PCE

	2024	2023
Saldo inicial	(4.115)	(4.326)
Adições	(588)	-
Reversão	-	211
Total	(4.703)	(4.115)

^{**} Emitido em substituição ao ICPC 09 (R2)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6.3. Contas a receber - FIDC

	31.12.2024	31.12.2023
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP (nota explicativa10)	42.877	90.975
Total	42.877	90.975

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A Companhia mantém aplicação dos recursos no FIDC-NP, que é tratada como "recebíveis" considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

Prática contábil

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Estoques

	31.12.2024	31.12.2023
Ureia	2	2
Arla	17	17
Outros	403	403
Provisão para ajuste ao valor de realização (i)	(422)	(422)
Total dos produtos	-	-
Materiais e suprimentos (ii)	92.111	92.041
Provisão para baixa provisória de materiais	(83.920)	(83.920)
Total	8.191	8.121

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia avaliou os seus estoques e decidiu manter registrada a provisão para perdas na realização de estoque de produtos acabados uma vez que ainda não é possível a sua comercialização no estado em que se encontram os produtos.
- (ii) Os materiais e suprimentos existentes no almoxarifado da Companhia são aplicados nas atividades de conservação e manutenção da planta de fertilizantes. Os saldos dos estoques de materiais e suprimentos se encontram líquidos da provisão constituída para perdas para ajuste ao seu valor realizável líquido. Em 2024, as baixas de materiais considerados inservíveis somaram R\$ 1.761 (nota 15).

Prática contábil

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreendem, principalmente, materiais e suprimentos para manutenção, e são ajustados ao seu valor de realização líquido, quando este for inferior ao seu valor contábil.

Materiais, suprimentos e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação que serão utilizados nas atividades da companhia e estão demonstrados ao custo médio de compra, quando este não excede ao custo de reposição.

Imobilizado

7.1. Por tipo de ativos

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Terrenos _	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Imobilizações em curso -	Total
Custo acumulado	1.732	64.119	1.539.781	9.772	1.615.404
Depreciação e impairment acumulados	(1.732)	(64.119)	(1.539.781)	(9.772)	(1.615.404)
Impairment - Reversão	1.732	16.353	172.941	9.772	200.798
Adição	-	-	-	7.803	7.803
Baixas	-	-	-	(142)	(142)
Depreciação	-	(329)	(13.547)	-	(13.876)
Saldos em 31 dezembro de 2024	1.732	16.024	159.394	17.433	194.583
Custo acumulado	1.732	64.119	1.539.762	17.433	1.623.046
Depreciação acumulada	-	(48.095)	(1.380.368)	-	(1.428.463)

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7.2. Tempo de vida útil estimada

Os tempos de vida útil dos ativos depreciados pelo método linear são demonstrados a seguir:

Ativo	Tempo de vida útil médio ponderado em anos
Edificações e benfeitorias	25 - (entre 16 e 50)
Equipamentos e instalações	20 - (entre 5 e 50)

A abertura por tempo de vida útil estimada das edificações e benfeitorias, equipamentos e instalações e outros bens é a seguinte:

	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros ber			
Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Saldo em 31.12.2024	
Até 5 anos	160.442	(160.442)	-	
6 - 10 anos	152.706	(151.253)	1.453	
11 - 15 anos	658.794	(658.569)	225	
16 - 20 anos	287.808	(263.467)	24.341	
21 - 25 anos	289.985	(156.877)	133.108	
26 - 30 anos	7.024	(3.229)	3.795	
30 anos em diante	47.141	(34.645)	12.496	
Total	1.603.900	(1.428.482)	175.418	
Edificações e benfeitorias	64.119	(48.095)	16.024	
Equipamentos e outros bens	1.539.781	(1.380.387)	159.394	
Total	1.603.900	(1.428.482)	175.418	
Terrenos (sem vida útil definida)	1.732	-	1.732	
Materiais para futuras imobilizações (sem vida útil definida)	17.433	-	17.433	

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

7.3. Reversão do valor recuperável dos ativos (Impairment)

A Companhia avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em exercícios anteriores.

Em 30 de junho de 2024, observada a decisão da aprovação do retorno das atividades operacionais da Companhia (vide nota explicativa 1.2), foram realizados testes de recuperabilidade do ativo imobilizado. Esses testes determinaram reversão da provisão de desvalorização dos ativos, no montante de R\$ 200.798.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da ANSA, para fins de teste de recuperabilidade, consideraram a previsão do reinício da operação para o segundo semestre de 2025 e a taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 7,90% a.a.

Nos exercícios de 2024 e 2023 não houve reconhecimento de perdas por impairment.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

A ANSA avalia a recuperabilidade dos ativos anualmente, ou quando existe um indicativo de desvalorização ou de reversão de perdas por *impairment* reconhecidas em exercícios anteriores.

Essa avaliação é efetuada para o ativo individual ou ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (UGC). A nota explicativa 4.1 apresenta informações detalhadas sobre as UGCs.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil do ativo ou UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso de um ativo e seu valor justo líquido de despesa de venda. Considerando-se a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, regularmente o valor recuperável utilizado na realização do teste de recuperabilidade é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. As principais premissas dos fluxos de caixa são: taxas de câmbio e preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado.

8. Fornecedores

	31.12.2024	31.12.2023
Terceiros no país	2.804	1.410
Partes relacionadas (nota explicativa 10)	8.205	5.423
Total	11.009	6.833

9. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e ás melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos princípios de competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos eram os seguintes:

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9.1. Transações comerciais e outras operações

				31.12.2024	31.12.2023
	Petrobras	FIDC-NP	Petronect	Total	Total
Ativo					
Circulante					
Contas a receber					
Contas a receber - FIDC (Nota explicativa 6)	-	42.877	-	42.877	90.975
Total	-	42.877	-	42.877	90.975
Passivo					
Circulante					
Fornecedores					
Compartilhamento de custos e despesas e pessoal cedido	8.104	-	-	8.104	5.423
Prestação de Serviços	-	-	101	101	-
Total	8.104	-	101	8.205	5.423
Resultado					
Despesas operacionais					
Compartilhamento de custos e despesas e pessoal cedido	(8.931)	-	-	(8.931)	(7.970)
Prestação de Serviços	-	-	(517)	(517)	-
Resultado financeiro					
Receita financeira - FIDC	-	7.947	-	7.947	11.613
Total	(8.931)	7.947	(517)	(1.501)	3.643

9.2. Membros chave da administração da Companhia

Remuneração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da ANSA, bem como a legislação específica, estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações mensais de empregados da ANSA, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas ao exercício de 2024 foram as seguintes (Em 2023, como a Companhia estava hibernada, não havia empregados).

		(Em reais)
Remuneração do empregado	2024	2023
Menor remuneração	6.639	-
Remuneração média	9.820	-
Maior remuneração	28.389	-

As remunerações anuais da Diretoria Executiva da ANSA, incluindo a remuneração variável, relativas ao exercício de 2024 foram as seguintes (Em 2023, como a Companhia estava hibernada, os diretores exerciam cargos gerenciais na Controladora Petrobras e não recebiam verbas remuneratórias da ANSA).

		(Em reais)
Remuneração do dirigente (inclui remuneração variável)	2024	2023
Menor remuneração	65.856	-
Remuneração média	86.871	-
Maior remuneração	101.954	-

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na tabela abaixo são apresentados os benefícios oferecidos aos empregados:

Benefícios aos empregados	2024	2023
Assistências médica e odontológica	768	-
Auxílios alimentação e refeição	960	-
Auxílio creche	28	-
Total	1.756	-

Adicionalmente, na tabela abaixo são apresentados alguns indicadores do corpo funcional da Companhia:

	2024	2023
Número de empregados(as) ao final do exercício	210	-
Número de admissões durante o exercício	215	-
Número de demissões durante o exercício	5	-
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	121	-

As remunerações totais dos membros da Diretoria Executiva da ANSA têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST e são apresentadas a seguir:

		Diretoria Executiva
	2024	2023
Salários e benefícios	451	-
Encargos sociais	131	<u>-</u>
Remuneração total	582	-
Número de membros	3	-
Número de membros remunerados	3	

Em 08 de novembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou, dentro do limite autorizado pela SEST (Ofício SEI nº 305/2023/MGI) a remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva), para o período de setembro de 2024 a março de 2025, no valor de R\$ 4.620. Adicionalmente aprovou também a remuneração global do Conselho Fiscal, no valor de R\$ 285 e a fixação dos honorários mensais dos membros do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos à adicional de férias e benefícios.

A remuneração média anual dos membros do Conselho Fiscal da ANSA, no exercício de 2024, foi de R\$ 15 (R\$ 18, considerando os encargos sociais). No exercício de 2023, a remuneração foi de R\$1 (R\$1 considerando os encargos sociais).

10. Tributos

10.1. Imposto de Renda e Contribuição Social

Tributos correntes

	A	Ativo não Circulante	
	31.12.2024	31.12.2023	
Imposto de renda	10.700	10.656	
Contribuição social	-	9	
Total	10.700	10.665	

Refere-se ao IRPJ e CSLL retidos, que foram objeto de pedidos de restituição junto à Secretaria da Receita Federal e são atualizados mensalmente pela taxa SELIC.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	338.339	(6.283)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(115.035)	2.136
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições/exclusões permanentes, líquidas	(2.653)	(3.806)
Ajustes de provisões	216.713	19.766
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(35.019)	(18.076)
Outros	129	(20)
Imposto de renda e contribuição social	64.135	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.135	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	19%	0%
	·	

A ANSA e sua Controladora Petrobras celebraram, em 28 de março de 2024, contrato de cessão de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, no montante de R\$ 264.574, utilizados pela Petrobras para pagamento de débitos federais declarados no programa de autorregularização incentivada de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, instituída pela Lei nº 14.740, de 29 de novembro de 2023. Em 27 de junho de 2024, foi celebrado pela Companhia e Petrobras, um novo contrato de cessão de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, no montante de R\$ 329.819, utilizados pela Petrobras no âmbito da adesão ao Edital de Transação PGFN-RFB 6/2024. Essas operações foram realizadas pelo valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada, uma vez que, nas datas de suas efetivações, não havia evidências de disponibilidades de lucro tributável suficiente para utilização futura desses créditos fiscais pela ANSA.

Em 31 de dezembro de 2024, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 188.263 e R\$ 189.659 (em 31 de dezembro de 2023 eram R\$ 2.278.029 e R\$ 2.296.767, respectivamente).

Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

O quadro a seguir demonstra a movimentação nos exercícios:

	2024
Saldo inicial	-
Reconhecido no resultado	64.135
Saldo final	64.135

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O quadro a seguir demonstra a composição e o fundamento para realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2024
Prejuízos fiscais e base negativa	Compensação do lucro tributável	35.019
Provisão para perdas de créditos esperadas	Baixa definitiva e reversão da provisão	1.599
Provisão para contingências judiciais	Pagamento e reversão da provisão	999
Perdas por desvalorização de ativos	Baixa definitiva ou reversão da provisão	22.797
Atualização monetária - Depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(366)
Depreciação incentivada	Depreciação, amortização e baixa de ativos	(427)
Provisão para abono a empregados	Pagamento e reversão da provisão	724
Outras		3.790
Total		64.135
Impostos diferidos ativos		64.928
Impostos diferidos passivos		(793)

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes, suportada pelas premissas do PE 2025-2029.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções do PE 2025-2029.

Em 31 de dezembro de 2024, a expectativa de realização desses ativos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Ativo	Passivo
2025	6.634	(85)
2026	8.030	(85)
2027	7.221	(85)
2028	7.534	(85)
2029	2.878	(85)
2030 em diante	32.631	(368)
Parcela registrada contabilmente	64.928	(793)

Prática contábil

A Companhia apura seus tributos sobre o lucro tributável de acordo com a legislação e as alíquotas vigentes ao final do período que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas previstas na legislação específica de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

10.2. Demais impostos e contribuições

	A	tivo não Circulante		Passivo Circulante
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
ICMS	196.912	196.996	-	20
PIS/COFINS	66.130	110.698	-	-
Imposto retido de terceiros	-	-	571	9
Outros	-	-	121	14
Subtotal	263.042	307.694	692	43
Provisão para perdas - ICMS	-	(196.996)	-	-
Provisão para perdas - PIS/COFINS	(12.318)	(60.753)	_	
Subtotal	(12.318)	(257.749)	-	-
Total	250.724	49.945	692	43

A Companhia, em razão da hibernação da planta industrial e consequente paralisação das atividades mercantis geradoras de débitos dos tributos, mantinha registrada provisão para perdas sobre os créditos de ICMS, PIS e COFINS originados nas aquisições de insumos de produção e de imobilizado. Em 30 de junho de 2024, após as análises de recuperabilidade de créditos fiscais, em função da retomada das operações da fábrica de fertilizantes (vide nota explicativa 1.2), foi revertida provisão de perda do ICMS, no montante de R\$ 196.978. Em relação aos créditos de PIS e COFINS nenhuma reversão foi aplicada em face da prescrição de créditos em período anterior à retomada das operações da ANSA.

As parcelas de R\$ 53.812 (R\$ 49.945 em 31 de dezembro de 2023), representam os créditos de PIS e COFINS com pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil - RFB, atualizados pela variação da SELIC.

11. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Companhia em troca de serviços prestados pelos seus empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. Tais benefícios incluem salários, rescisórios e outros benefícios.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.1. Benefícios de Curto Prazo

Passivo circulante	31.12.2024	31.12.2023
Provisão de férias e 13º salário	2.986	-
Salários, encargos e outras provisões	1.133	-
Provisão para abono a empregados	2.130	-
Total	6.249	-

A Companhia reconheceu na demonstração do resultado os seguintes valores:

Despesas na demonstração de resultado	2024	2023
Salários, férias, 13º salário, encargos sobre provisões e outros (i)	19.806	-
Abono a empregados	2.130	-
Total	21.936	-

⁽i) Os honorários e encargos dos Diretores estão apresentados na nota explicativa 10.2.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital subscrito e integralizado nos valores de R\$ 636.512 e R\$ 2.461.721, está representado por 636.512.181 e 2.461.720.916 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, respectivamente.

Redução de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), de 26 de dezembro de 2024, a Controladora Petrobras aprovou a redução do capital social, no montante de R\$ 1.825.209 (com cancelamento de 1.825.208.736 ações), com a absorção de prejuízos acumulados, com base no resultado do período findo em 30 de setembro de 2024.

12.2. Outros resultados abrangentes

Até 2021, a Companhia patrocinava planos pensão (Petros 2 e Ultrafértil) e de assistência médica (Unimed) para seus funcionários, os quais foram plenamente liquidados em 2022. Os ganhos e perdas apurados anualmente pela remensuração desses planos de benefícios foram registrados, até 2022, em Outros resultados abrangentes.

12.3. Resultado por ação

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas	402.474	(6.283)
Quantidade de ações	2.436.718.057	2.461.720.916
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,165	(0,003)

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

Os resultados apurados básico e diluído, apresentam o mesmo valor por ação em virtude da ANSA não possuir ações potenciais com efeito de diluição.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Despesas por natureza

12.4. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Gastos com pessoal	(592)	(5)
Serviços jurídicos	(40)	(15)
Contencioso (custas com processos judiciais)	(49)	(79)
Total	(681)	(99)

13. Outras receitas (despesas), líquidas

Fauinamentos fara da energaño (i)	2024	(12.246)
Equipamentos fora de operação (i)	(15.807)	(13.346)
Gastos com contrato de compartilhamento de custos e despesas - CCCD	(6.631)	(4.930)
Gastos com pessoal (ii)	(19.806)	(3.040)
Depreciação	(13.876)	_
Receitas eventuais	16	53
Perdas com processos judiciais	(9.986)	(1.336)
Provisão para perdas com processos judiciais	(2.026)	(508)
Provisão para perdas de crédito esperadas - PCE	(588)	211
Baixa de materiais inservíveis	(1.761)	-
Baixa de imobilizado	(142)	-
Provisão para abono a empregados	(2.130)	-
Outras	70	133
Total	(72.667)	(22.763)

⁽i) Referem-se a gastos com equipamentos parados e fora de operação.

14. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita financeira	9.860	11.905
Receita com recebíveis de ativos financeiros	7.947	11.613
Juros recebidos de clientes	1.090	40
Juros sobre depósitos judiciais	823	252
Despesas financeiras	(8)	(1)
Despesas financeiras - terceiros	(8)	(1)
Variações monetárias, líquidas	4.722	5.627
Atualização monetária sobre créditos fiscais	4.722	5.603
Atualização monetária sobre retenção contratual	(4)	(61)
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	4	85
Total	14.574	17.531

⁽ii) Em 2024, contém gastos com empregados próprio, que foram readmitidos em julho de 2024. Em 2023, refere-se, apenas, a pessoal cedido pela Controladora.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Processos judiciais e contingências

15.1. Processos provisionados

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores provisionados são os seguintes:

Passivo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	2.937	913
Cíveis	5	4
Total	2.942	917
	2024	2023
Saldo inicial	917	409
Adições. líquida de reversão (i)	6.703	508
Baixas	(4.678)	-
Saldo final	2.942	917

⁽i) Decorre do provisionamento de perdas com processos de naturezas cíveis e trabalhistas, anteriormente, classificados como perdas possíveis e remotas que, em função de execução provisória e trânsito em julgado, foram classificados como probabilidade de perdas prováveis.

15.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e podem ser exigidos independentemente da probabilidade de perdas dos processos:

Ativo não circulante	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	8.789	4.957
Total	8.789	4.957
	2024	2023
Saldo inicial	4.957	3.897
Adição, líquido de reversão	3.565	723
Utilização	(196)	-
Atualização financeira	463	337
Saldo final	8.789	4.957

15.3. Processos não provisionados

Os processos judiciais e administrativos que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos contingentes acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	23.557	179.021
Fiscais	34.893	32.274
Cíveis	9.697	13.459
Total	68.147	224.754

15.3.1. Composição dos processos judiciais não provisionados

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza trabalhista		Estimativa
	31.12.2024	31.12.2023
Autor: SINDIQUÍMICA		
1) Cálculo do complemento da Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR - Diversos processos		
Situação atual: Em 30 de julho de 2024, foi proferida sentença favorável à companhia, da improcedência pelo juízo de 1ª instância com base na decisão do STF e, posteriormente, decisão definitiva em favor da companhia e arquivamento do processo.	-	155.753
2) Outros processos relacionados à RMNR	1.974	1.903
Situação atual: O Supremo Tribunal Federal (STF), acolhendo recurso da Petrobras, reconheceu em março de 2024 que a fórmula de cálculo utilizada pela Companhia é válida e está conforme o negociado entre as partes, revertendo a decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia estabelecido critério diverso e firmado entendimento parcialmente contrário à Companhia. Como existiam várias ações judiciais em diversas fases processuais, a empresa acompanha a tramitação dos respectivos processos e promove os ajustes necessários nos valores e expectativas desse contencioso de acordo com as decisões que aplicam o precedente do STF.		
3) Outros processos trabalhistas diversos.	9.677	9.125
Situação atual: Processos, em sua maioria, em segunda instância.		
Autor: Pessoas físicas diversas		
1) Outros processos trabalhistas de diversos autores.	11.906	12.240
Situação atual: Processos, em sua maioria, em segunda instância.		
Total de processos de natureza trabalhista	23.557	179.021
Descrição dos processos de natureza cível e fiscal		Estimativa
	31.12.2024	31.12.2023
Autor: Prefeitura do Município de Araucária:		
1) Autos de Infração, lavrados pela Prefeitura do Município de Araucária, referente à cobrança de ISS. Situação atual: Em fase administrativa.	34.893	32.274
Autor: Diversos		
1) Outros processos de diversos autores.	9.697	13.459
Situação atual: Processos em primeira instância		
Total de processos de natureza fiscal e cível	44.590	45.733

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação.

A metodologia adotada para mensuração das provisões está descrita na nota explicativa 4.2.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

15.4. Processos judiciais sob responsabilidade de terceiros

O Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) celebrado, em 2013, por ocasião da compra da totalidade das ações da Companhia que pertenciam à Vale Internacional pela Petrobras, definiu que as ações judiciais de competência anterior à data da aquisição seriam de responsabilidade da parte vendedora, cabendo a essa o direito de defesa e a obrigação de desembolso em caso de perdas judiciais. Esse CCVA também estabelece que eventuais desembolsos (custas judiciais, seguros garantias, etc) que venham ocorrer pela compradora serão indenizados pela vendedora.

16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

16.1.Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2024 e 2023 não foram identificados derivativos nas operações da companhia.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31.12.2024	31.12.2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	59	242
Contas a receber - FIDC	42.877	90.975
Ativo circulante	42.936	91.217
Depósitos judiciais	8.789	4.957
Ativo não circulante	8.789	4.957
Total do ativo	51.725	96.174
Passivo		
Fornecedores	11.009	6.833
Outras contas e despesas a pagar	482	1.097
Passivo circulante	11.491	7.930
Total do passivo	11.491	7.930

16.1.1. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

16.2. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

16.2.1. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Notas explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16.2.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro necessárias na manutenção da planta hibernada e com os gastos de capital relativos aos investimentos necessários à retomada das atividades. Essas condições são atendidas, essencialmente, com recursos de recebíveis (FIDC), aportes da Controladora e restituição de impostos. Estas origens de recursos tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

16.2.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para sua controladora Petrobras.

17. Evento Subsequente – Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Em 24 de janeiro de 2025, a Petrobras fez um adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, no montante de R\$ 62.000.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Diretoria Executiva

DEMÉTRIO SHEENY COUTINHO Diretor Presidente

VALTER ALBERTO GOMES

Diretor Financeiro

MARCELO DOS SANTOS FARIA

Diretor Industrial

EDUARDO SEIXAS

Contador

CRC-RJ- 087.203/O-6

GUILHERME LUIZ DE CARVALHO KLINGELFUS Diretor Corporativo.

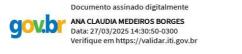
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, de 25 de fevereiro de 2025, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento de que a ANSA registrou lucro líquido no exercício de 2024, mas que apresenta saldo de prejuízos acumulados relevantes, o que impossibilita Proposta de Destinação de Resultado a ser encaminhada à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, conforme disposto no Capítulo XVI, Seção I e artigos, da Lei 6.404/76.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, com base no exercício de suas atividades a partir de sua nomeação e esclarecimentos prestados pela empresa, bem como, no Parecer dos Auditores Independentes da KPMG, sem ressalvas, que declara que, em sua opinião, as Demonstrações Financeiras representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Araucária Nitrogenados S.A. – ANSA, opina no sentido de que as referidas Demonstrações Financeiras do ano de 2024 estão em condições de serem encaminhadas para deliberações na Assembleia Geral Ordinária.

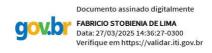
Rio de Janeiro, 27 de março de 2025.



Ana Claudia Medeiros Borges

Presidente do Conselho Fiscal





Luciana Janaína Fagundes Conselheiro Fiscal Fabricio Stobienia de Lima Conselheiro Fiscal

ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.